

O senador Fernando Henrique (D) articulou o texto que vai hoje a votação
12 MAR. 1987
Acordo sela regimento, que agora enfrentará os pequenos partidos
JORNAL DO BRASIL
PDT acha que hora de atacar governo não é agora e adia programa

Brasília — O primeiro grande impasse da Constituinte está finalmente resolvido, e o seu regimento interno deve começar a ser votado hoje, após a celebração de um acordo entre os grandes partidos — PMDB, PFL e PDS —, mas ainda sob protestos dos pequenos partidos, que prometem arrastar a votação com pedidos de destaque.

Pelo acordo, a Constituinte teve sua soberania parcialmente garantida, a Câmara e o Senado funcionarão ordinariamente apenas uma vez por semana e não terão suas comissões ordinárias instaladas, a população terá direito a encaminhar propostas desde que inscritas por 30 mil eleitores de emendas, e ao final dos trabalhos haverá um referendo popular ao texto, antes da sua promulgação. O Senado realizou sessão ontem à noite. Mas a Câmara só vai se reunir na próxima semana.

O regimento interno, preparado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), acabou tendo seu ponto mais polêmico, o parágrafo 7º do artigo 57, que na forma original conferia amplos poderes aos constituintes sobre a atual Constituição, definido entre a proposta do relator e uma emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB).

“O projeto de decisão destina-se a **sobrestar** (sustar) medidas que possam ameaçar os trabalhos e atos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte — diz o novo texto do parágrafo — “necessitando ter o **apoio** de um terço dos constituintes, e será submetido a parecer prévio da comissão de sistematização, que o dará num prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta de votos, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário”.

Com essa nova redação, o resultado prático é que a Constituinte só poderá agir contra alguém mecanismo da atual Constituição considerado “ameaçador” quando ele for acionado. Ou seja, o entulho autoritário (estado de emergência, e decretos-leis) só será removido da atual Constituição se o governo dele lançar mão e os constituintes considerarem que isso atrapalha seu trabalho. Aí, poderão revogar o dispositivo constitucional acionado.

A maior dificuldade para o acordo fechado ontem acabou sendo mesmo, apesar de toda a polêmica da soberania, o artigo 82, que garante a prevalência da Constituinte sobre a funcionamento da Câmara e Senado.

Brasília — O PDT decidiu adiar o programa nacional de rádio e televisão que iria ao ar amanhã, para não criar dificuldades ao esforço do presidente José Sarney na renegociação da dívida externa. “A temática central seria dívida externa, a moratória e ia ser um programa muito duro. Acharmos que, nesse momento de renegociação, poderia não ser oportuno”, explicou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que junto com o senador Maurício Correia (PDT-DF) pediram o adiamento do programa ao Tribunal Superior Eleitoral. Os pedetistas pediram novo horário para o dia 20 de maio.

O adiamento começou a ser discutido na noite de sexta-feira passada no Rio, em reunião na casa de Cibília Viana, secretário estadual de Governo. Participaram da reunião o governador Leonel Brizola, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, os deputados César Maia e Brandão, além de Vivaldo. Ontem, Brizola telefonou do Rio determinando que o pedido de adiamento do programa do PDT fosse formalizado.

Além da inoportunidade tática de um ataque frontal ao governo, no momento em que se busca um acordo para a questão da dívida externa, pesou na decisão, segundo um dos participantes da reunião de sexta-feira, a convicção, generalizada entre os pedetistas, de que dentro de dois meses “o governo estará ladeira abaixo”, empurrado pelos indicadores econômicos adversos e pela crise política.

Persistente — O ex-deputado Paulo Maluf, candidato derrotado ao governo de São Paulo pelo PDS, retornará ao Brasil na próxima sexta-feira, após permanecer por mais de 100 dias nos Estados Unidos e na Europa, em viagem de “repouso e avaliação do quadro político nacional”.

Maluf, que está em Paris, embarcou para o exterior apenas sete dias depois de amargar a sua segunda derrota eleitoral em dois anos — fora derrotado por Tancredo Neves na disputa pela Presidência da República, em 1984, e não conseguiu barrar o pemedebista Orestes Quercia nas eleições paulistas. O deputado, que também já foi prefeito e governador do estado, volta com muita disposição de continuar na política, segundo seu fiel escudeiro Calim Eid, mas pelo menos por enquanto, não deverá anunciar se concorrerá à sucessão do prefeito Jânio Quadros.